

Ninguém falou que tem que ser aprovada. Eu só quero que seja pautada. Cada um vota em conformidade com a sua consciência. Será que eu estou prejudicando o governador?
Aí diz o presidente do PSDB: “Tem benefício. Ganhou.” Ganhou não. Nós conquistamos esse espaço nas urnas, no apoio incondicional ao Geraldo Alckmin, sem nenhuma vantagem econômica e sem um santinho. Nós não recebemos de graça nada, não. O que estou discutindo aqui é uma questão legislativa. Prerrogativa nossa.

O dia em que eu não puder mais apresentar uma proposta de emenda constitucional... Que Casa é esta? Que Casa é esta onde um deputado não pode apresentar uma PEC que logo já se diz que ele é contra o governo. Como posso ser contra o governador, se já adiantei a posição do PTB nacional e apoio à Presidência dele, coisa que o PSDB, até pouco tempo, apoiava o senador Aécio Neves. Eu vou defender esta PEC porque acredito nela. Sei que muita gente vai mudar de opinião, mas eu não vou mudar. Desculpe-me, meu amigo, deputado Fernando Capez, eu não estou convencido da pureza dessa aglutinativa. Eu não estou convencido de que é o melhor caminho para votarmos esse projeto. Não estou convencido, e não me deixo convencer quando acredito que eu estou certo. Não sou teimoso. É que realmente não me sinto à vontade. Há vários pontos altamente questionáveis. “Ah, mas foi uma comissão de alto nível.” Eu respeito os membros da comissão de alto nível, mas é preciso que esses membros respeitem a minha posição, aquilo que penso. Eu não quero influenciar e convencer ninguém, mas também não posso ser convencido daquilo que realmente não estou convencido.

Portanto, meu caro deputado e presidente, Cauê Macris, mais uma vez eu lhe peço. De maneira altaneira, eu peço: “Paute a PEC 05, deixe que a Assembleia se manifeste, deixe que ela expresse a sua vontade. Ninguém é obrigado a votar, mas paute, Sr. Presidente.” (Manifestação nas galerias.) É só isso que eu quero, Sr. Presidente.

Deputado Barros Munhoz, a nossa questão não é pessoal. Vossa Excelência é um amigo de longa data que eu tenho. É questão conjuntural. Vossa Excelência não concorda com a minha posição, e eu, infelizmente, nesse momento, não concordo com Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, hoje, no final da manhã, fui comunicado de uma ocorrência na Favela do Moinho: um adolescente de 17 anos teria sido baleado. Estávamos em reunião de bancada e acabei me dirigindo ao local. Nós não tínhamos informação exata do que havia ocorrido.

Chegando lá, vimos diversos policiais, a comunidade estava exaltada por causa do jovem, que tinha sido atingido. Havia certa tensão no local e ficamos lá intermediando. Havia outras pessoas agindo no sentido de acalmar a comunidade, e, ao mesmo tempo, a Rota se acalmar. Falei com o secretário no caminho, e durante a operação, com o coronel responsável pela operação. Após algum tempo, a polícia arremeteu uma bomba de efeito moral, gás, foi uma correria, e a comunidade se manifestando dizendo que a Rota chegou repentinamente, que ela entrou no local e atingiu o jovem que teria saído e entrado numa residência. A polícia, segundo secretário, disse que houve revide. Ouvimos relatos no local. Aquela região está também próxima à Cracolândia. Se o Estado quer combater o tráfico, e deve combater, há maneiras.

Aliás, ontem encontraram um avião com 500 quilos de cocaína. De onde saiu? Se o avião saiu de tal fazenda, no mínimo, o dono da fazenda tem de saber. Afinal de contas, o avião foi abastecido e a droga chegou naquele local.

A polícia de São Paulo tem inteligência, sabedoria, mecanismo e instrumentos para combater o tráfico efetivamente. Tem de dar uma solução adequada àquela comunidade. E a solução adequada é investimento, é pôr dinheiro público em moradia. Quer remover? Que remove, mas dando moradia digna. Vamos resolver aquela situação que é insalubre para todo mundo que lá está, que é ruim, que é péssima, mas não dessa forma violenta, como foi essa operação.

Depois, Sr. Presidente, houve outra ocorrência. Chegando aqui, já no Anhangabaú, que eu já relatei no Colégio de Líderes. Em outro momento também relatei nesta tribuna, porque aí me atingiu. Disso no Colégio de Líderes que, na verdade, isso atingiu todo o Parlamento.

Foi uma agressão a todos nós, mas em outra ocasião relatei. Liguei ao secretário e relatei. Sei que V. Exa. já pediu providências. Já me deram parte das informações e vou aguardar até amanhã para dar o outro relato nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Lógico que V. Exa. vai relatar, mas o coronel Gomes já falou com V. Exa., e também o coronel Cangerana, que é o responsável pela área. Ele também vai entrar em contato com V. Exa.. o comandante geral já está informado a respeito do ocorrido.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiramente, quero dizer do enorme respeito que eu tenho pelo deputado Campos Machado. Pode não fazer a menor diferença o que eu vou dizer, deputado Campos Machado, mas eu quero deixar claro que estou de acordo com o exercício do direito de V. Exa. de pedir a publicação da emenda aglutinativa. Vossa Excelência precisa da minha concordância? Não. É um direito, uma prerrogativa de Vossa Excelência. Do mesmo modo que eu não precisava da concordância de V. Exa. quando resolvi me candidatar pela primeira vez a deputado estadual.

Fui até V. Exa. e perguntei se lhe causaria algum embaraço. Eu, que até aquela data tinha sido sempre seu eleitor. Vossa Excelência disse: “você não precisava me consultar, mas esse gesto mostrou respeito”. É o mesmo respeito que jamais perdi, e que estou hoje aqui reiterando.

V. Exa., que veio ao mundo político já consagrado com a banca da advocacia, nacional e internacionalmente. Vossa Excelência que é o termômetro desta Casa. Quando tudo parece que vai ruir, V. Exa. chega sempre com o expediente, com a experiência, com o espírito pacificador, com inteligência, com oratória, com estratégia. Merece sim desta Casa todo o respeito o deputado Campos Machado.

Me penitencio se deixei transparecer que algo seria feito à socapa e à sorrelfa, e à revelia de Vossa Excelência. Quero deixar clara que, ao receber o estudo da FGV, eu apenas fiz para não perder o prazo uma emenda substitutiva, mas imediatamente eu procurei a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

A emenda foi debatida na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Posteriormente, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento foi até a Secretaria da Fazenda.

Estão aqui os representantes da Secretaria da Fazenda, o coordenador de arrecadação tributária. Estivemos lá discutindo, na CAT, e fomos ticando o que a Secretaria da Fazenda achava que aperfeiçoava e o que ela achava que não seria adequado. Saímos de lá um texto de comum acordo com a Secretaria da Fazenda, que imprime a celeridade, o contraditório e a ampla defesa.

Posteriormente, ele foi levado ao Colégio de Líderes. Portanto, em momento algum houve atropelo ou inovação ou algum ato de esperteza. Se ficou essa impressão, eu quero aqui, publicamente, pedir desculpas a V. Exa., não foi a minha intenção.

Vossa Excelência merece, tanto quanto, ou, se me permitirem os demais deputados, mais do que qualquer outro deputado, o respeito desta Casa e o respeito deste deputado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria me somar à proposta do deputado Campos Machado. Corretamente, ele propôs que a emenda aglutinativa fosse publicada no “Diário Oficial”, para que nós pudéssemos lê-la e compará-la, para pode fazer, inclusive, uma crítica de todos os aspectos, para que esse projeto saia daqui o melhor possível.

Eu fiz uma fala sobre esse projeto na semana passada e acho que é um projeto interessante, positivo, construtivo. Acho, porém, que algumas coisas poderiam ser melhoradas.

Preocupa-me um pouco, por exemplo, a quantidade de prestações em que você pode parcelar o IPVA. Talvez pudéssemos ampliar. Já que é para receber, poderíamos ampliar um pouco, talvez de 12 para 18. Há algumas coisas desse tipo, que não são nada antagônicas em relação ao projeto. Mas a publicação vai tornar possível que essa discussão seja aprofundada e que possamos trazer benefícios, trazer emendas para a lei.

Eu havia dito que um dos problemas da lei - que acho que não a compromete totalmente - é que ela traz um PPD. Na Prefeitura de São Paulo, chamamos de PPI. É sempre importante, quando se faz um PPD, que a Secretaria de Finanças faça um balanço do anterior, para ver se deu certo, como deu certo e onde, eventualmente, ele possa não ter tido todo o sucesso possível. De repente, foi pela quantidade de prestações. De repente, houve um pequeno impeditivo. E então é possível potencializar a arrecadação, caso você possa fazer esse balanço.

Não vai dar para fazer o balanço, mas, de qualquer forma, já que está assim, vamos arriscar. Vamos aumentar as parcelas para favorecer as pessoas, para que elas possam pagar. Isso é muito importante. Se for para favorecer o contribuinte e para arrecadar mais, melhor.

Obrigado.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero aproveitar a presença dos companheiros da PEC nº 5, do Sinafresp, cujo presidente também está aqui, para fazer um convite a eles.

Amanhã, às dez horas, vamos dar continuidade à audiência com o secretário da Fazenda, o Sr. Hélcio Tokeshi. Na reunião passada, não houve tempo para que eles fizessem uso da palavra, assim como o Fórum das Seis. Amanhã, vamos dar continuidade. Há alguns deputados inscritos e vocês terão a oportunidade de fazer uso da palavra, de fazer questionamentos. Talvez, amanhã, obtenhamos uma resposta do secretário da Fazenda em relação àquela pergunta que V. Exa. protocolou no dia 18 de maio, há um mês e nove dias, sobre o impacto financeiro da possível aprovação da PEC nº 5. Talvez obtenhamos uma resposta, após um mês e nove dias.

Então, queria convidar todos vocês - ou algum representante de vocês - para participarem da reunião de amanhã, às dez horas da manhã. O secretário da Fazenda estará na Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo deputado Wellington Moura, e vocês poderão participar. Nós também faremos outras perguntas a ele, mas certamente vamos dialogar com o secretário sobre a PEC nº 5. Convido todos vocês para participarem desse questionamento, dessa sabatina ao secretário da Fazenda.

Tenho certeza de que ele virá. Não vai acontecer aquilo que deputada Beth Sahnão, presidente da Comissão de Educação, relatou hoje. Foi lamentável a ausência do secretário da Educação, que viria cumprir a Constituição do Estado. Em cima da hora, ele não pode vir, pois a base governista derrubou o quórum.

Então, amanhã, às dez horas, daremos continuidade aos questionamentos - que são regimentais e constitucionais - ao secretário da Fazenda, Hélcio Tokeshi.

Obrigado.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, hoje, o secretário da Educação chegou a esta Casa às 14 horas. A reunião estava marcada para as 14 horas e 30 minutos. Ele ficou em nosso gabinete conversando com a bancada, que estava reunida. De acordo com o que soubemos, não houve quórum na reunião. Por isso, ele não era obrigado a comparecer, mas ele se apresentou e mandou dizer que, se houvesse quórum, estaria presente. Ele aguarda outra oportunidade para ser convidado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Roberto Massafera, eu me pronunciei sobre isso no Colégio de Líderes e disse que o papel do secretário era estar na comissão, com quórum ou sem quórum. O secretário deveria estar na comissão, e nós vamos inclusive entrar em contato com ele para resolver esse tipo de problema, afinal, estamos falando da Assembleia Legislativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, é exatamente isso, quero fazer coro à sua fala. Não importa se não havia quórum, a obrigação do secretário era comparecer à comissão, mas ele não o fez. Além disso, houve uma manobra muito provavelmente da liderança do Governo, da liderança do PSDB, para que os deputados não estivessem lá. Alguns deputados, Sr. Presidente, foram à comissão e saíram - não citei nomes para não ferir susceptibilidades.

De qualquer modo, o erro maior foi do secretário. Ali estavam alguns deputados, em número insuficiente para o quórum, mas posso afirmar categoricamente que houve manobra do governo para retirar os deputados da comissão. Agora eles vêm com essa desculpa esfarrapada de que o secretário, tão inocente, não pôde comparecer porque não havia quórum. Ele deveria ir por respeito aos deputados que lá estavam e por respeito às centenas de profissionais da Educação que pretendiam acompanhar aquela reunião.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o deputado Raul Marcelo. (Ausente.) Deputado José Zico Prado. (Ausente.) Deputado Teonílio Barba.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero apenas dizer que pedirei a Deus que perdoe a deputada Beth Sahnão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, quero dizer que a pecadora não fui eu. Quem cometeu pecado foi o governo, que tirou os deputados e o secretário da comissão. Eles não tiveram coragem de permitir que o secretário Nalini fizesse o enfrentamento. É isso o que quero dizer.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

- Abre-se a sessão às 21 horas e 47 minutos.

27 DE JUNHO DE 2017

Presidente: CAUÊ MACRIS
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 253/17.</p> <p>2 - TEONILIO BARBA Discute o PL 253/17.</p> <p>3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Encerra a discussão.</p> <p>4 - CAMPOS MACHADO Para Questão de Ordem, indaga à Presidência quando será respondido questionamento a respeito da eleição de presidente e de vice-presidente da diretoria do Detran.</p>

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa ao deputado Campos Machado que deve responder dia 28/06. Informa ter em mãos emenda aglutinativa, com número regimental de assinaturas das lideranças.

6 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, pergunta à Presidência se a emenda aglutinativa pode ser assinada por vice-líderes.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Dá resposta afirmativa ao questionamento do deputado Campos Machado.

8 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, roga ao deputado Campos Machado que retire o pedido de publicação da emenda aglutinativa.

9 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, manifesta-se contrariamente ao pleito do deputado Carlão Pignatari.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 253, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 13.457, de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício, a Lei 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD. Com 37 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fiscais presentes, gostaria de parabenizar o pessoal do Sinafresp pela mobilização que tem feito em função da PEC 05, que, em algum momento, vai precisar ser debatida nesta Casa.

Mas, antes de entrar no assunto, quero primeiro parabenizar o deputado Enio Tatto pela sua atitude. Quando V. Exa. tirou o microfone do presidente Cauê Macris, depois veio ao microfone de apartes e pediu desculpas pelo seu ato, mas não em função do que gerou o seu ato.

Fiquei extremamente preocupado, porque é minha primeira experiência de mandato parlamentar, nunca fui vereador ou deputado. Presenciei aqui uns três ou quatro atos que, espero, tenham sido problemas temporários e que não sejam de espíritos autoritários ocultos. Eu, quando pedi uma verificação de presença, chamei toda a bancada do PT para fora. Havíamos contabilizado 15 deputados ali, inclusive o deputado Barros Munhoz estava presente, com dois na Mesa eram dezessete. Na dúvida, o presidente poderia contar na hora, como já foi feito, e fazer a chamada ao ver que não havia quórum.

Tenho certeza de que o deputado Enio Tatto não repetirá um ato desses, mas espero que a Presidência também não repita mais um ato como o que ocorreu hoje. Eu havia conferido, tinham 17 deputados, 15 lá, mais V. Exa. e o Wellington Moura na mesa, dando 17 deputados, e a bancada do PT, que eu havia tirado para o corredor. Tirei antes de a deputada Marcia Lia pedir a verificação de presença.

Outra coisa que me deixou estarecido foi em um momento - talvez não tenha sido intenção dele - em que o deputado Barros Munhoz quis impedir a fala do deputado Alencar Santana Braga no microfone de aparte, que é regimental. Qualquer deputado pode falar pelo Art. 111, nos microfones de aparte, para fazer comunicação, para reclamação, pela Ordem, para pedir esclarecimentos.

Vejam bem, vocês que estão aí, auditores fiscais, teriam motivos, quando o Barros Munhoz falou que não caberia discutir a PEC nº 05, para vaiá-lo, mas vocês ficaram quietos. Vocês aplaudiram um deputado que falou contrário à fala do deputado Barros Munhoz, o deputado presidente do PSDB, do PSDB arrogante de sempre, Pedro Tobias, que chamou vocês de bagunceiros, de baderneiros. Mesmo assim, vocês ficaram quietos.

Estou fazendo um apanhado desses três momentos porque eu espero que seja uma coisa que não vire uma prática nesta Casa.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Gostaria de fazer um aparte.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Desculpe-me, deputado. Já tem deputado me pedindo um aparte.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Tudo bem. Se da próxima vez V. Exa. pedir, eu não vou dar.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Mais uma vez expressa o seu autoritarismo. É com isso que eu estou preocupado. É exatamente isso. O aparte é democrático e depende do orador que está na tribuna, se concede ou não. É um direito do orador, do deputado que está na tribuna.

Essa reação nós não podemos permitir. Essa é ou não é uma Casa do povo? Ou não é para ter gente nas galerias? Ou nós estamos com medo de que o povo venha aqui? Nós não podemos ter esse tipo de atitude.

Outra atitude - agora quero dialogar com ele - foi o ataque feito pelo deputado Carlão Pignatari ao Partido dos Trabalhadores. O deputado Carlão Pignatari falou que o Barba vem aqui e começa a discutir os números. Os números que eu discuto têm fonte: Fundação Getulio Vargas, Dieese, Fundação Seade, Perseu Abramo, USP, Unicamp, Unesp. Aqui não tem o instituto chamado Barba, tem o instituto que cuida dos números do País. Números são extremamente importantes de serem estudados, porque é a partir de números, de dados científicos, que começamos a discutir programas sociais, começamos a discutir orçamento, começamos a discutir se inclui ou não os pobres no orçamento.

Quando o PSDB diz que o mais importante é discutir os quase 800 mil funcionários públicos do estado de São Paulo, parece que desde 2014 os funcionários públicos do estado de São Paulo estão recebendo reajuste, reposição da inflação todo ano mais aumento real, o que não é verdade. O último reajuste que o funcionalismo público teve foi em 2013. Em 2014 não teve, 2015 não teve, 2016 não teve, 2017 não teve, com exceção do Poder Judiciário que, quando aplica o reajuste lá em cima, já desce para os estados e os municípios.

O PSDB é o partido que, junto com o DEM, junto com o PPS, junto com o PMDB, está assaltando o direito dos trabalhadores neste País. Eu vou insistir nisso e vou repetir isso o tempo todo, porque faz parte de uma estratégia de luta nós não permitirmos. Vamos fazer no dia 30, novamente, uma grande mobilização, na sexta-feira, contra o desmonte da Previdência Pública, contra a destruição da Previdência Pública, contra a destruição dos direitos trabalhistas que o PSDB - com o DEM, o PPS e o PMDB - votou de maneira esmagadora. Quer ainda votar a reforma trabalhista. Aliás, perderam a vergonha, porque estão tentando acelerar o processo para discutir se o Temer é culpado ou não.

O Temer está chamando o Joesley Batista de bandido, mas ele recebeu o bandido, às 22 horas e 40 minutos, no Palácio do Jaburu. Ele está discutindo, com o PSDB, como se sustentar e acelerar o processo, na Câmara dos Deputados, para passar logo o trator e ter 173 votos a seu favor para legalizar a imoralidade. Quero ver como os deputados que não são do PSDB, mas que apoiam o PSDB no estado de São Paulo, irão fazer campanha no próximo ano. Terão que dizer o seguinte: “irei dobrar com o deputado federal que votou contra o direito dos trabalhadores”.

Eles estão chamando isso de modernização. Vossas Excelências, deputados estaduais, irão passar por isso. Quero ver como V. Exas. irão fazer “dobradinha” com os deputados federais do PSDB. Vossas Excelências são da base aliada do governador Geraldo Alckmin, conhecido como “Santo” na lista das empresas denunciantes.

Se o Paulo Preto for preso e abrir a boca, será algo muito temerário. Será um problema, porque o “Santo” terá que explicar o cartão doanhado e a ausência do secretário de planejamento Marcos Antonio Monteiro na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. No ano passado, houve uma denúncia contra o secretário, e o seu nome apareceu como um dos operadores do PSDB. Em função disso, ele não veio à audiência pública, na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, mandando o adjunto. Naquele momento, nós nos recusamos a discutir com o adjunto.

Portanto, deputado Carlão Pignatari, para comparar os números do PT e PSDB, eu não irei nem discutir corrupção com V. Exas., porque V. Exas. estão atolados até a lama. A lama está batendo no nariz. O PT está debatendo isso desde 2005. Tenho a maior tranquilidade sobre isso. Debatermos isso desde 2005.

Vossas Excelências, que se julgam donos da ética e das questões morais, estão atolados na lama, desde a mala “chipada” do Aécio Neves, na operação autorizada pela Justiça e pelo Ministério Público. Eles autorizaram, e há provas. Vamos discutir os números, deputado Carlão Pignatari!

No governo da presidente Dilma, em 31 de dezembro de 2014, havia 6,9% de desempregados no País e, segundo o IBGE, havia 48 milhões e 831 mil trabalhadores e trabalhadoras com carteira registrada no setor público e privado. Em 31 de dezembro de 2002, o presidente de V. Exas., Fernando Henrique Cardoso, nos entregou este país com apenas 29 milhões e 500 mil trabalhadores com carteira registrada no setor público e privado.

Nos oito anos de Governo Lula, mais de 15 milhões de empregos foram gerados. O primeiro mandato da presidenta Dilma gerou mais de cinco milhões de empregos. No seu segundo mandato, começou a retaliação do sistema financeiro e dos empresários, principalmente do setor de energia, porque ela não quis renovar as concessões dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, governados pelo PSDB. A retaliação começou com as demissões nesses setores, assim como os empresários da cesta básica.

O governo de São Paulo, em 2016, concedeu a isenção do ICMS no arroz e no feijão. Foi algo louvável. Parabéns! Porém, antes de conceder, V. Exa. tem que chamar o setor, para discutir qual é a contrapartida para a sociedade. Se conseguir a isenção, vira lucro para o empresário, sem refletir, no final, na ponta, para o consumidor.

Discuti muito sobre desoneração, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Câmara setorial, em 92. Discutimos em 2009 com o presidente Lula, quando aconteceu a crise internacional, sobre o que fazer para o setor da linha branca. Só que havia a contrapartida. Chamavam os setores empresariais e diziam onde iam mexer, e eles teriam que garantir emprego.

Vossas Excelências simplesmente desoneram, parabéns, tiraram o ICMS do arroz e do feijão. Parabéns, mas não chamaram o setor. Virou lucro do empresário.

Não sou contra a desoneração. Toda vez que precisar desonerar, é preciso chamar o setor e organizar: discutir, negociar e levantar qual é a contrapartida. Vai gerar emprego? Se não vai gerar emprego, vai gerar manutenção do nível de emprego. Esse é o debate a ser feito.

Para discutir qualquer nível, em 2002, deputado Carlão, V. Exas. presidiam, sabe com quantos alunos V. Exas. entregaram o País, no ensino superior, no setor público e privado? Três milhões de universitários. Com as políticas afirmativas feitas pelo governo Lula, mais ProUni, mais tudo, mais de oito milhões de universitários no País, hoje.

O Fies não é do Lula. O Fies é do governo de Vossas Excelências. Alguns falam que o Fies é nosso. Está errado. O Fies já existia, só que havia um problema. No governo de V. Exas., para utilizar o Fies, tinha que haver um fiador. O governo Lula acabou com a figura do fiador do Fies. Montaram um programa para não financiar nada, porque ninguém quer ser fiador de ninguém. Porque, se a pessoa não pagar a conta, quem paga é o fiador.

Quando fizemos a briga da política das cotas para os negros, indígenas e estudantes do ensino público, para haver cotas nas universidades federais, institutos federais, universidades estaduais, nós tínhamos algo em torno de 1,5% de negros, nas universidades, no Brasil. Hoje estamos na casa de 20% de negros ocupando as universidades nas escolas públicas.

No estado de São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais, as universidades estaduais, coincidentemente, as três governadas pelo PSDB, não aceitavam o debate das cotas, não aceitavam o ingresso das pessoas com o Enem. Agora está mudando um pouco, algumas áreas estão aceitando: a USP, a Unesp, a Unicamp.

É incrível. Não vejo V. Exas. fazerem esse governo, defendido aqui pelo deputado Pedro Tobias, com ênfase, com vontade, e pelo deputado Barros Munhoz, que tem que cuidar dos pobrezinhos. Vossas Excelências não cuidam de pobres. Não é a cara do PSDB cuidar de pobre. E não vejo problema nisso. Faz parte. Vossas Excelências são do partido da elite. É a elite financeira do País, dos empresários, da Fiesp, das associações comerciais. Não há problema, faz parte. É a sua origem. Assumam isso.

Quem tem coragem de fazer isso, no meio de V. Exas., sabem quem é? É o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele assume isso. Ele assume que ele é privatista, que não tem medo de privatizar. Vossas Excelências têm que assumir, que o seu papel é o Estado mínimo.

Este debate, vamos fazer sempre. Vossas Excelências votaram no Aécio, e foram derrotados. Mas, não contentes, V. Exas. montaram um golpe parlamentar, e estão embarcados no governo mais corrupto da história do País.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Na semana passada fiz uma Questão de Ordem a respeito da eleição para presidente e vice-presidente da CPI do Detran, dizendo que ela está eivada de nulidades. Requeri a V. Exa. que fosse anulada aquela eleição, tendo em vista que o deputado Roque Barbiere não foi convidado porque estava adoentado. Reitero a V. Exa. que tem uma reunião agendada para quinta-feira às 16h00, e espero que a Questão de Ordem tenha sido decidida por Vossa Excelência.